

SAMORA MACHEL

**ORGANIZEMOS
OS NOSSOS
RECURSOS
PARA RESOLVER
OS PROBLEMAS
DO POVO**

10

coleção
"PALAVRAS de ORDEM"
EDICÃO DO PARTIDO FRELIMO

SAMORA MACHEL

**ORGANIZEMOS
OS NOSSOS
RECURSOS
PARA RESOLVER
OS PROBLEMAS
DO POVO**

10

coleção

"PALAVRAS de ORDEM"

EDIÇÃO DO PARTIDO FRELIMO

INTRODUÇÃO

Editamos em brochura o discurso proferido pelo Camarada Presidente Samora Moisés Machel no encerramento da reunião de estruturas centrais e provinciais do Estado, realizada de 3 a 6 de Julho de 1979, em Maputo, em que foi feita a análise da nossa situação económica.

Nesta reunião procedeu-se ao levantamento da situação e dos meios concretos existentes em cada província, na perspectiva de que só utilizando totalmente esses meios e criando outros conseguiremos satisfazer as necessidades do nosso Povo.

O discurso do Camarada Presidente reflecte de forma exemplar a importância desta reunião e contém a síntese das conclusões fundamentais a que ela permitiu chegar. Na sua intervenção, o Camarada Presidente analisa profundamente cada uma das deficiências que ainda se verificam no nosso trabalho e que são um obstáculo a que consigamos colocar todos os recursos do nosso País ao serviço do Povo, e indica o caminho correcto a seguir.

O dirigente máximo da Revolução Moçambicana demonstra aqui como, se não avançamos mais depressa, a falha reside muitas vezes em métodos errados de direcção, em departamentalismo, em falta de coordenação das estruturas, em falta de conhecimento concreto da realidade, em falta de planificação.

Este texto contém orientações fundamentais para todos os sectores do Partido e do Estado, para todo o Povo Moçambicano engajado na construção do Socialismo.

Senhores Membros do Conselho de Ministros

Senhores Governadores Provinciais

Senhores Secretários Gerais

Senhores Directores Nacionais e Provinciais

Estivemos reunidos quatro dias. Cada província informou detalhadamente o estado do cumprimento do plano de desenvolvimento económico. Os órgãos centrais igualmente deram a sua contribuição na apreciação do esforço realizado e do esforço a realizar.

Não estivemos a fazer discussões teóricas, não realizámos um seminário de troca de opiniões. Fizemos um estudo do concreto, compreendemos a complexidade do concreto que vivemos. Este concreto pode ter a dimensão enorme do projecto do carvão, como surge também sob a forma aparentemente secundária e pequena da inexistência de sal numa localidade. Este concreto aparece-nos com a face da electrificação do Centro-Nordeste do nosso país e com a falta dum púcaro para tomar chá.

Sabemos o que realizámos. Estamos conscientes que, apesar da guerra de agressão contra o nosso Povo, apesar das enormes feridas por cicatrizar, resultantes da guerra colonial de agressão e do colonialismo, apesar das calamidades naturais, em

menos de quatro anos demos passos gigantescos. Estamos conscientes que em 1980 poderemos afirmar ao nosso Povo que foram cumpridas, de uma maneira geral, as metas fixadas pelo 3.º Congresso.

O que realizámos pode-nos orgulhar. A História constatará o que isso significa de heroísmo. Heroísmo dos operários e camponeses, heroísmo dos jovens quadros, que sem preparação adequada se lançaram na batalha, nela aprenderam, nela se temperaram e criaram as bases da vitória. A História registará que nestes quatro anos se edificaram de maneira irreversível as bases da sociedade socialista.

O que fizemos, todavia, é insuficiente para as necessidades reais. Com os nossos olhos vemos que ainda não há comida, que ainda há nudez, que a maioria do nosso Povo está descalça. Entre as nossas localidades não há estradas nem picadas. Que para se comunicar da capital de uma província para uma localidade podemos levar dias.

Constatámos que os morangos apodrecem na Angónia; que os litchês são enterrados em Manica; que em Lichinga não se encontra sabão e estão lá milhares de toneladas de algodão aguardando escoamento; que faltam anzóis, chumbos e redes para que se torne uma realidade a produção de peixe em Cabo Delgado e vivam as cooperativas de pescadores.

São exemplos, podemos dar outros tantos tão dramáticos para cada uma das províncias.

A realidade é que o nosso País não estava organizado para que o nosso trabalho servisse o Povo, para que os meios e recursos existentes servissem a construção do socialismo.

O nosso País estava concebido para servir o colonialismo e os interesses capitalistas.

Quando definimos as metas tivemos que necessariamente utilizar como ponto de partida os números e os meios existentes na altura. Começámos pelo que havia, e o que havia, a realidade o proya, era abaixo de zero.

Agora estamos melhor preparados. Tomámos o

pulso das realidades. Inventariámos as feridas. Sabemos onde pôr o dedo para estancar o sangue que corre. Assim, já podemos determinar qual a direcção para onde avançar, como progredir para atingirmos as posições favoráveis e, finalmente, realizarmos as novas metas.

Na nossa discussão, olhámos província por província. O plano não se realiza em abstracto. Cumpre-se em cada aldeia comunal, em cada localidade, em cada distrito, em cada província.

O plano é atingido em cada machamba familiar, em cada empresa privada, em cada cooperativa, em cada empresa estatal.

Da nossa análise e discussão nasceram as ideias concretas para os grandes e pequenos planos. Compreendemos quais os caminhos a seguir para que o entusiasmo das massas camponesas se transforme em Aldeias Comunaes, fundadas na propriedade socialista. Detectámos as acções principais a desenvolver para que o trabalho gere efectivamente riqueza, isto é, melhoria das condições de vida do Povo.

A partir desta reunião, os órgãos centrais estarão habilitados a definir o estatuto da Aldeia Comunal e da Cooperativa.

Vimos igualmente os grandes planos, que vão exigir investimentos de muitos milhões de contos, que transformarão o nosso país em país industrializado com uma agricultura relativamente desenvolvida. Em conjunto, medimos o significado da electrificação, da construção e abertura dos novos grandes eixos rodo-ferroviários, do desenvolvimento portuário. Analisámos os métodos para transformar os grandes potenciais do nosso subsolo em indústrias poderosas. Ficámos a conhecer com mais sensibilização as possibilidades extraordinárias dos nossos recursos piscatórios, florestais, agrícolas, agora já podemos definir o caminho para que os recursos, as potencialidades se tornem realidades que melhorem a nossa vida.

Podemos dizer, ao concluir esta primeira parte,

que a nossa reunião criou uma sensibilidade idêntica, resultante dum conhecimento e troca de experiências vividas por cada um de nós. Em conjunto, conhecemos a realidade moçambicana, então podemos operar sobre ela. Podemos definir o plano, que é a nossa estratégia, podemos definir a tática, que é a maneira concreta como em cada sector se organizam os recursos humanos e materiais para cumprir o plano.

Porque é que podemos fazer esta afirmação? Porque é que ficamos com uma sensibilidade idêntica?

Foi assim porque cada um, partindo da sua identificação com os interesses populares, pôde frequentar a escola que foi esta reunião. Escola de geografia, escola de sociologia, escola de agricultura, de transportes, de pescas, de economia. Escola de unidade.

Unidade de pensamento. Eu era da agricultura e conheci os problemas vividos pela indústria. Eu era dos transportes e descobri a realidade das bolas de chumbo e das redes de pesca.

Quer dizer, perdemos a visão sectorial, departamentalista, regional, para assumir o país como um todo, o desenvolvimento económico como um todo. O socialismo constrói-se globalmente, é um todo. O socialismo constrói-se de uma maneira planificada, em que cada uma das partes do todo, porque conjugadas com as outras, edifica o socialismo.

A TAREFA DE DIRECÇÃO

Através da discussão, das exposições feitas pelos Governadores Provinciais, das contribuições dadas pelos membros do Conselho de Ministros, pelos Directores Nacionais, compreendemos todos que uma das questões vitais é a da direcção correcta.

Precisamos de compreender o que é dirigir.

Nós não somos um estado federado. Não há província fora da Nação. Não há Nação sem cada uma das províncias. A Nação não é a soma das pro-

víncias, nem estas fracções da Nação. Ela é uma unidade que não se fracciona. Ela está na Aldeia Comunal e na capital do país, ela é Nação na Aldeia Comunal, no distrito, na capital.

O poder não se fracciona. O poder é único, é o poder da classe operária e do seu aliado, o campesinato. Há níveis de competência no exercício do poder, mas é o mesmo poder.

Não há delegações das províncias. Há delegações da Nação, do Estado. O Governador não é o representante da província. Nem sequer o deputado da Assembleia de localidade é mandatário da localidade. Ele é um deputado do Povo, tem o mandato da totalidade do Povo, mas exerce-o num nível determinado, numa zona geográfica determinada.

Repetir isto é exigir que em todos os níveis tenhamos a visão do conjunto. Assim, não se envia um relatório à Nação; assim, na minha localidade, minha porque é lá que habito e trabalho, não resolvo problemas independentemente dos existentes numa outra localidade, de uma outra província. Por isso mesmo, os órgãos de escalão inferior se subordinam aos órgãos de escalão superior, porque é no escalão superior que se definem e hierarquizam as prioridades na zona de competência.

O escalão superior não é o órgão de receber pedidos e enviar meios.

O Governador dirige a Província. Para dirigir, ele tem como instrumento o Governo da Província. Ninguém pode pretender ser simultaneamente geólogo e camponês, médico e mineiro, agrónomo e motorista, engenheiro civil e pescador. Ninguém sabe tudo. Na mão não é cada dedo que é mais ou menos importante, é o conjunto e o conjunto ligado ao corpo, obedecendo ao cérebro, irrigado pelo coração, alimentado pelo estômago, deslocando-se com as pernas, guiando-se pelos sentidos.

Cada órgão, cada dedo tem no entanto a sua tarefa específica.

Na Província, o Governador não pode dirigir

sem as Obras Públicas e a Saúde, sem a Agricultura e o Banco, sem cada um dos componentes da mão que constitui o Governo. Igualmente, nenhum sector específico constitui um bantustão, uma zona autónoma.

Como planificar uma machamba ignorando a picada ou estrada que conduz a ela, o comércio que fornecerá ao trabalhador a calça e o fósforo? Quer dizer que o responsável de um sector específico tem que conhecer os outros sectores, de modo que o seu trabalho se integre no conjunto, contribuindo para o progresso do conjunto, e beneficie do apoio do conjunto.

Dirigir não é dar ordens como um capataz. Dirigir não é estar a correr continuamente para todos os lados como o motorista da ambulância. Dirigir não é tapar buracos, deixar que o urgente faça sempre adiar o fundamental.

Dirigir é primeiro estudar os problemas, investigar, fazer uma operação de reconhecimento. Não posso chegar a uma escola e dizer «devem criar 50 cabritos como meta». Porquê 50 e não 100? Porquê cabritos e não porcos? Porquê animais e não hortícolas? Porquê uma actividade agro-pecuária e não uma carpintaria? Quer dizer investigar os recursos humanos e materiais para a resolução da tarefa principal. Investigar qual deve ser a tarefa principal num local concreto, numa unidade concreta. Não permitir que o secundário asfixie o principal. Mas também não ignorar o secundário.

Depois de investigar, isto é, de determinar as tarefas a realizar e os meios disponíveis, devemos planificar, organizar. Isto significa organizar a tempo os diferentes meios.

Não abandonar a panela ao fogo para ir a correr buscar na loja o sal esquecido. O guisado vai-se queimar, porque se planificou o guisado esquecendo o sal.

Dirigir é formar quadros. Não ter complexo de aprender de um subordinado, de um colaborador.

Não ter receio de delegar responsabilidades. Não temer submeter as pessoas ao fogo da prática.

Assim podemos definir e dar tarefas a cada um, responsabilizar pela execução das tarefas e pedir contas.

Assim ganharemos a confiança dos nossos quadros e ganharemos confiança neles, formaremos a nova geração de dirigentes.

Os directores provinciais não são caixa de correio. Os directores provinciais, os responsáveis provinciais dos diferentes sectores, são dirigentes, são membros do Governo Provincial, são colaboradores directos do Governador, seu instrumento principal de direcção. Igualmente eles são os dirigentes ao nível provincial do seu sector, são responsáveis pessoalmente perante o seu Ministério, perante os seus Directores Nacionais, Secretários-Gerais, Ministros.

Repetimos, não são caixas de correio, são dirigentes. Como dirigentes provinciais são responsáveis por toda a província, isto é, se é um dirigente provincial das Obras Públicas tem também que conceber e assumir a tarefa da Agricultura. Se está nas Pescas, deve também viver a Banca. Não pode ter uma visão e uma vivência departamentalista, tecnicista.

Se é dirigente não se pode contentar em transmitir problemas, em fazer pedidos. Como dirigente participa na elaboração das soluções do problema. Não é um agente de ligação, ele estuda os meios e recursos, combina-os para a resolução do problema. Se a resolução do problema ultrapassa a sua competência, então na proposta que faz, repetimos, na proposta que faz ao nível superior, apresenta as ideias capazes de resolverem o problema com o apoio do nível superior.

O que dissemos para um director provincial é igualmente válido para um responsável a nível nacional ou a nível do distrito ou da localidade.

Ser responsável não é título.

Um ponto final nesta questão de direcção é saber preservar as nossas forças e concentrá-las no fundamental. As decisões do Comité Político Permanente do Partido sobre a organização de reuniões são obrigatórias.

Não se deve multiplicar reuniões. Não se deve fazer reuniões longas. As pessoas não podem trabalhar devidamente se vivem sempre entre duas reuniões. As pessoas não podem trabalhar devidamente se sempre que começam um trabalho são obrigadas a interromper para ir para uma reunião.

As pessoas não podem trabalhar devidamente se estiverem sempre a acompanhar a visita, ou a acompanhar visitantes. As pessoas para trabalharem bem também precisam de descansar.

O SIGNIFICADO DE CONTAR COM AS NOSSAS PRÓPRIAS FORÇAS

Em muitas intervenções, ouvimos simultaneamente pedidos de aumento de cotas e declaração de que as metas de produção não foram atingidas. Aumentar as cotas ou baixar as cotas não é uma questão arbitrária. As Finanças do Estado, as divisas do nosso Estado, não são um elástico que se pode indefinidamente puxar.

Se quero mais açúcar na minha província, o país venderá menos açúcar para o estrangeiro. Por consequência, terei menos dinheiro para comprar o camião que estou a pedir. Se produzir menos algodão, onde vou buscar mais dinheiro para ter mais cota em tecido? O Estado, o Conselho de Ministros não são um super-armazém que distribui artigos. O Banco não é uma tipografia em que se imprime dinheiro para se distribuir.

Uma pessoa trabalha, e recebe o seu vencimento. Porque o seu vencimento não é elástico, ela sabe que neste mês terá que comer menos carne para comprar umas calças novas.

As províncias têm que estar organizadas para

cumprir as metas do Plano. Os recursos do Estado, em especial os recursos em divisas, devem prioritariamente dirigir-se aos sectores produtivos, criar condições para a realização das metas do Plano.

Os recursos em divisas deverão servir para fornecer, por exemplo, à Textáfrica, os sobressalentes das máquinas, os corantes dos tecidos, e não para importar tecidos e confecções em detrimento da nossa indústria. Devem servir para que a indústria atinja o seu máximo de produção. Os recursos devem servir para que os adubos cheguem a tempo às machambas, para que os camiões sejam suficientes para fazer o escoamento do caju, em vez de gastarmos recursos para comprar milho no estrangeiro porque não cumprimos a nossa cota de produção de milho.

Na nossa província concreta existem meios humanos e materiais que não utilizamos devidamente. Isto em todos os níveis.

Por exemplo, sem termos estradas ou picadas transitáveis queremos camiões. Queremos camiões que em seis meses ou num ano estarão fora de circulação. Desprezamos, no entanto, o escaler ou barco que utilizávamos no rio, no lago e na costa. Queremos já o moinho com o motor a diesel e depois não temos diesel nem o mecânico. Mas uma junta de bois, sem diesel e sem mecânico, faz funcionar um moinho. Queremos o tractor antes de com o boi e a charrua acumularmos os meios para comprar o tractor. Queremos o regadio complexo com cimento e motores e recusamos a pequena barragem de terra e a nora movida pelo vento.

Ouvimos dizer que havia campos de aviação que não estão operacionais, que não estão capinados e tratados pela administração local como é sua responsabilidade.

A construção de picadas, antigamente, era da responsabilidade local, mas hoje só se pede ao Ministério das Obras Públicas.

Atrasa-se a construção da casa por falta de

cimentos e ferros; em todos os países socialistas, na primeira fase, as casas eram construídas de tijolos, sem cimento, e com muito pouco ferro.

Referimo-nos muitas vezes ao exemplo de Nachingwea, e esquecemo-nos como é que em Nachingwea começámos por resolver o problema da habitação com maticado. Esquecemo-nos como começámos a resolver o problema da água com cisternas e lagoas.

Temos que tornar cada província capaz de se abastecer a si mesma no essencial, fornecer excedentes crescentes para o comércio interno e externo. São os excedentes que resolvem os problemas das cotas. Contar com as próprias forças não significa que cada parcela do nosso país é uma ilha isolada, que o nosso país seja uma ilha isolada. Significa rentabilizarmos ao máximo o nosso trabalho e os nossos recursos, para participarmos correctamente na divisão nacional e internacional do trabalho.

Os agricultores familiares precisam de ser estimulados para aumentar a produção e para passarem à fase da organização cooperativa. Estimular a agricultura familiar exige que a rede de comércio forneça ao agricultor e sua família os artigos indispensáveis e adquira a sua produção excedentária. Isto exige da rede comercial um conhecimento preciso das necessidades e gostos locais. Já se mencionou o absurdo da Loja do Povo no meio duma zona de camponeses ter as prateleiras cheias de feijão em lata e vazias de capulanas.

Isso demonstra falta de investigação, métodos burocráticos de trabalho. A Loja do Povo, a Cooperativa de Consumo não terão o papel dirigente no comércio interno, fechando a loja do privado. O papel dirigente é conquistado quando ela fornece mais rapidamente, mais barato, mais variado e mais delicadamente aquilo que o privado fornece.

Fazer triunfar a cooperativa é demonstrar na prática e não nas palavras a superioridade desta. A cooperativa existe realmente quando o esforço combinado dos homens produz mais, melhor e mais

barato que o esforço separado de cada um. Quando juntamos os nossos bois e vacas e vemos que obtemos mais leite, mais carne, mais dinheiro do que cada um trabalhando sozinho, então sabemos que a cooperativa é melhor. Quando temos uma cooperativa e podemos beneficiar dos conselhos dum regente agrícola, dum técnico de veterinária, então vemos que a nossa vida melhora, porque o nosso trabalho rende mais. O Estado, os órgãos centrais do Estado, deverão dar apoio técnico-científico às cooperativas, incluindo o apoio da solidariedade internacionalista. Não poderemos apoiar todas as cooperativas ao mesmo tempo, mas em cada província, e depois em cada distrito, poderemos seleccionar uma ou duas cooperativas, apoiá-las, fazer delas modelos que servirão de base de ensino e experiência para as novas cooperativas.

As Aldeias Comunais são fundadas em forma de propriedade socialista. A cooperativa gera a Aldeia Comunal. A empresa agrícola estatal gera a Aldeia Comunal. Aglomerar pessoas sem produzir é criar consumidores parasitas.

As Empresas Estatais Agrícolas não podem ser uma fonte de défice para o Estado. Elas têm que dar lucros. As empresas estatais têm que se tornar a principal fonte de rendimentos do Estado. Na província, devemos pôr os melhores quadros a dirigir estas empresas. Os bons quadros não podem ficar perdidos atrás de secretárias cheias de papéis nas capitais provinciais.

Ao nível central, teremos que empreender as acções necessárias capazes de garantir:

- a) a criação de comissões provinciais de planificação com técnicos capazes e experimentados;
- b) o apoio às actividades de exportação das empresas agrícolas para assegurar, nomeadamente, a selecção, qualidade do produto, o seu acondicio-

- namento próprio para o transporte;
- c) a solução das deficiências em matérias-primas, sobressalentes, equipamentos de trabalho, adubos, insecticidas, sementes, meios de transporte, destinados ao cumprimento do Plano;
 - d) a preparação compatibilizada dos grandes projectos;
 - e) os trabalhos preparatórios do Plano 1981/85 e a perspectiva até 1990.

O 3.º Congresso definiu as antigas zonas libertadas como prioritárias no nosso trabalho. O Comité Político Permanente do Comité Central do Partido fez no início deste ano um apelo para a reconstrução e apoio às zonas agredidas pelos invasores mercenários e racistas da Rodésia do Sul.

Não há razão que justifique as direcções provinciais e distritais, os diferentes sectores da actividade de abandonar o trabalho nas zonas agredidas, alegando perigo ou mesmo dificuldades de transporte e comunicação.

O Povo continua a viver, a produzir apesar da agressão, a resistir ao inimigo apesar dos seus crimes.

Fizemos e ganhámos a guerra contra o colonialismo sem termos camiões ou Land-Rovers. Sem eles, nos deslocámos para sul do Zambeze, para Manica, para Sofala e criámos as condições para pôr material em Gaza.

Nenhum responsável tem o direito de não se deslocar a uma zona porque é perigosa. O Povo está lá. Não preconizamos ser aventureiros, dizemos sim que é dever patriótico elementar aceitar riscos. Se nós abandonamos, então o inimigo ocupa. Se nós não abastecemos, então o inimigo abastecerá. Pensamos que tem que ser mais perigoso ao inimigo de penetrar na nossa terra e vir abastecer o nosso Povo, para o seduzir e corromper, do que nós nos deslocarmos para abastecer o nosso Povo.

Por isso, exigimos o cumprimento sem reserva das decisões dos órgãos dirigentes do Partido.

CONCLUSÃO

As sínteses que foram elaboradas durante a reunião e que, com este documento, fazem parte integrante das nossas conclusões apontaram as direcções gerais e os métodos específicos para o nosso avanço imediato. Elas constituem linhas fundamentais na realização do Plano 1979/80 e na elaboração do próximo Plano.

Vivemos uma campanha de emulação socialista. Façamos também emulação socialista entre as províncias, entre os distritos, entre as localidades, entre as Aldeias Comunais, entre as empresas, entre os serviços. Façamos uma emulação para vermos quem melhor cumpre o Plano.

Isso exige vivermos a elaboração do Plano, acompanhar cada fase do seu cumprimento, detectar a tempo os desvios, os estrangulamentos, para a tempo os superarmos.

Os Governadores são pessoalmente responsáveis pelo cumprimento do Plano. Quer dizer que os Governadores têm que conhecer a realidade do cumprimento do Plano. São eles a força motriz das direcções provinciais.

Cumprir o Plano é viver melhor. Viver melhor é também criar beleza. As nossas cidades, as nossas vilas, os nossos bairros e Aldeias Comunais precisam de flores, precisam de relva. As nossas ruas precisam de árvores. As nossas praças precisam de parques onde as pessoas sentam, conversam, descansam, onde brincam as crianças.

Independentemente de um plano de produção de flores com objectivos comerciais, independentemente de um plano de plantação de árvores com objectivos económicos e ecológicos, devemos promover no imediato a arborização das nossas ruas nas cidades, vilas e Aldeias Comunais, a plantação de

flores nos jardins de cada casa, mesmo que modestos, a valorização de todos os parques e jardins existentes, a criação de novos, incluindo nas Aldeias Comunais.

Devemos criar nas crianças, sobretudo nas escolas, o gosto pela alegria de viver simbolizada nas flores. Devemos criar nas nossas mulheres o gosto pela alegria do lar simbolizada pela flor do jardim da sua casa, do vaso de flores na sala da casa.

Saibamos também fazer emulação socialista na alegria de viver, na alegria das flores.

Todos sentimos o que este tipo de reuniões produz em cada um de nós: o conhecimento directo e profundo das nossas realidades concretas, a sensibilidade e sensibilização para os problemas de todo o nosso Povo, que nos levam à procura de solução mais correcta, mais rápida, mais eficaz.

Por isso, vamo-nos engajar para que este tipo de reuniões se realizem três vezes por ano.

Terminamos a reunião. A 5.ª Sessão do Comité Central, a 4.ª Sessão da Assembleia Popular, aprovaram directrizes e leis fundamentais. Essas sessões deram-nos também mandatos precisos sobre o cumprimento do Plano.

Cada um de nós é responsável pela execução do mandato. Ser responsável é assumir a responsabilidade e também assumir a sanção.

Terminamos a reunião. Na sua abertura dissemos que estaríamos certos de que sairíamos dela melhor armados para conquistar maiores vitórias na batalha da produção.

Essa nossa certeza concretizou-se ainda mais no decorrer da reunião, porque através das nossas contribuições e soluções encontradas para os variados problemas alicerçámos o nosso pensamento comum.

A LUTA CONTINUA!

O SOCIALISMO VENCERA!

Tiragem: 20 000 exemplares
Registado no INLD sob o
n.º 061/INLD/79
Composto e Impresso na
Tip. «Notícias» — Maputo
R. Popular de Moçambique
Julho de 1979

1979 ANO DE CONSOLIDAÇÃO DAS NOSSAS CONQUISTAS